



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS: percepções docentes sobre o Programa 'Educar para Valer'

Tarcyla Coelho de Souza Marinho¹

Maria Virgínia Freire Santos Carmo²

7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: O presente trabalho se insere nas discussões sobre alfabetização de crianças e formação continuada de professoras alfabetizadoras, interessado no dizer destas profissionais sobre o programa 'Educar para Valer' (EPV). Em que pese os avanços qualitativos alcançados nos últimos anos no ensino da leitura e da escrita na fase inicial da alfabetização, um número significativo de crianças conclui o 3º ano do Ensino Fundamental sem serem alfabetizadas, constituindo-se no grande desafio enfrentado pela escola pública brasileira. Em vista disso, este estudo tem como objetivo conhecer a percepção das professoras alfabetizadoras sobre o eixo de formação do programa EPV realizado no município de Porto Seguro, BA, nos anos 2022 e 2023. A metodologia adotada é a abordagem qualitativa, tendo por procedimentos a análise de documentos e a entrevista semiestruturada com professoras alfabetizadoras participantes da formação continuada do EPV. Os resultados apontam para a ausência de diálogo entre o caminho teórico-metodológico proposto pela ação formativa do EPV e o trabalho realizado pelas alfabetizadoras em sala, bem como para o despertar das alfabetizadoras para a necessidade do letramento em sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização; Formação continuada; Educar para Valer; Professora alfabetizadora.

Introdução

O presente trabalho se insere nas discussões sobre alfabetização de crianças e formação continuada de professoras alfabetizadoras, interessado no dizer destas profissionais sobre o Programa 'Educar para Valer' (EPV). Tem como objetivo conhecer a percepção das professoras alfabetizadoras sobre o eixo de formação do EPV realizado no município de Porto Seguro, BA, nos anos 2022 e 2023.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora pedagógica da Educação Básica do Estado da Bahia. Contato: tarcyla.coordenacao@gmail.com.

² Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Coordenadora pedagógica da Educação Básica do Estado da Bahia. Contato: virginia.freire@gmail.com.

O EPV é fruto de uma parceria privada entre a Associação Bem Comum (ABC)³ e a Fundação Lemann (FL),⁴ formada no ano 2018, e se propõe a prestar assessoria técnica aos municípios parceiros, a fim de apoiá-los na implementação de boas práticas de gestão educacional, atuando em cinco frentes: Gestão da rede; Gestão pedagógica; Formação; Acompanhamento; Sustentabilidade (PROGRAMA EDUCAR..., 2023).

De acordo com informações obtidas no *site* oficial da ABC, o “[...] programa foi elaborado pela Associação Bem Comum a partir da experiência de sucesso da reforma educacional ocorrida há quase 20 anos em Sobral/CE, e no Programa Alfabetização na Idade Certa” (PROGRAMA..., 2023). No texto de apresentação registrado no *site*, a ABC sinaliza que fez parte da reforma educacional empreendida no município de Sobral, CE, reforma essa que foi responsável pelo aumento na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no referido município, que passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando acima, inclusive, da média nacional em 2019 (5,7). Mesmo afirmando que o município de Sobral levou 14 anos para alcançar o ‘incrível’ resultado de 8,4, a Associação supracitada afirma que é “[...] possível melhorar rápido os resultados de aprendizagem” (PROGRAMA..., 2023).

Localizamos nas parcerias entre setor público e o setor privado mencionadas acima aquilo que Ball (2020) chama de “nova filantropia”. Segundo o autor, a nova filantropia se refere ao crescente envolvimento da iniciativa privada na área da educação, muitas vezes em parceria com o Estado. Isso pode incluir a criação de organizações sem fins lucrativos, como a já citada Fundação Lemann. Tal aspecto levanta inúmeras preocupações em relação à atuação da iniciativa privada na educação, considerando que a presença de instituições dessa natureza pode trazer mudanças significativas nas políticas educacionais, favorecendo interesses que fogem ao bem comum público. Por isso, é importante que o Estado mantenha seu papel central na formulação e implementação de políticas educacionais, garantindo que a educação seja vista como um direito fundamental de todos e promovendo a igualdade de oportunidades educacionais.

Traduzindo em números a movimentação do EPV, observamos que o programa dá seu ponta pé inicial atuando em 5 municípios, ampliando seu campo de atuação para 23 municípios em 2019, número esse número que chega a 48 municípios em 2021. No Estado

³ A ABC é uma associação sem fins lucrativos de caráter educacional, cujo objetivo é contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral, no que se refere à educação. Instituição responsável pelos programas EPV e pela Parceria pela Alfabetização em regime de colaboração (PARC), juntamente com outras conceituadas organizações não governamentais.

⁴ A Fundação Lemann é uma organização familiar sem fins lucrativos que visa colaborar com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil.

da Bahia, o programa atua em 9 municípios, sendo um deles o município de Porto Seguro (PROGRAMA..., 2023)

Analisando mais detidamente a proposta de ação formativa desenvolvida pela Lyceum Consultoria Educacional Ltda (2023b) pudemos verificar que o programa se restringe ao trabalho com duas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática. De acordo com a Lyceum Consultoria Educacional Ltda (2023a), o programa de formação do EPV se fundamenta teoricamente na Ciência Cognitiva da Leitura, bem como no alfabetizar letrando, da pesquisadora Magda Soares. A entidade elege seis componentes como elementos essenciais da alfabetização: consciência fonológica, princípio alfabético, fluência de leitura, vocabulário, compreensão e produção de escrita. Nesses termos, entende “[...] que a ação pedagógica mais adequada e produtiva é aquela que contempla, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento, privilegiando suas especificidades”.

Os materiais de apoio ao trabalho das professoras alfabetizadoras são disponibilizados na plataforma digital Google Classroom, de acesso restrito aos usuários. No repositório digital, é possível acessar todo material utilizado na formação: desde textos que versam sobre as temáticas estudadas, até *links* de acesso ao material didático ofertado pelo programa e *slides* utilizados nos momentos de formação, entre outras coisas. Cabe-nos aqui detalhar o material didático ofertado pelo programa para uso dos docentes em sala de aula: Caderno de Orientações Gerais e Estudos Suplementares; Caderno de Fluência; quatro Cadernos de Língua Portuguesa para alunos; quatro Cadernos de Língua Portuguesa de respostas; quatro Cadernos de Língua Portuguesa de orientações didáticas; quatro Cadernos Alfa Ler para alunos; quatro Cadernos Alfa Ler de respostas; quatro Cadernos de Matemática para alunos; quatro Cadernos de Matemática de respostas; e quatro Cadernos de Matemática de orientações didáticas. No entanto, ainda não foram entregues às professoras alfabetizadoras, sendo a plataforma Google Classroom o único canal de acesso a esses materiais.

A Lyceum Consultoria Educacional Ltda (2023b) esclarece que a proposta de formação parte inicialmente de encontros com os formadores municipais, coordenados pelos formadores do programa EPV, durante os quais são organizados o planejamento anual de formação do município e também as pautas de cada uma das oito formações de professores que deverão acontecer ao longo do ano no município. De acordo com a Consultoria, os formadores locais têm ampla participação na construção das pautas de formação com os professores, pois conhecem bem a realidade do município. Em Porto Seguro, estão previstos quatro momentos (um por bimestre), que acontecerão de forma presencial.

A formação direta das professoras alfabetizadoras é feita pelas formadoras locais, e os formadores do programa EPV têm participação direta na construção das pautas e também

da avaliação. Esses momentos serão de responsabilidade do município, de acordo com a Lyceum Consultoria Educacional Ltda (2023b), e deverão ser organizados ao longo de cinco encontros.

2 Fundamentação teórica⁵

A consolidação do sistema público de ensino no final do século XIX produziu a necessidade de implementação de um processo de escolarização para o ensino da leitura e da escrita, suscitando questão central em torno do como ensinar as habilidades de leitura e de escrita, ou seja, de como alfabetizar. Segundo Goulart (2019, p. 19),

As pesquisas sobre a história da alfabetização no Brasil, intensificadas principalmente a partir da década de 1990, têm sido importantes para revelar traços marcantes de propostas de atividade pedagógica formal para ensinar a ler e a escrever no período de pouco mais de um século.

Ao problema sobre como alfabetizar foram dadas muitas respostas ao longo da história da alfabetização no Brasil, com vistas a superar o fracasso da escola em alfabetizar, alterando entre o “novo” e o “antigo” (MORTATTI, 2019), lançando mão de uma parte do processo como se fosse o todo e negando sua natureza multifacetada, o que, nas palavras de Soares (1995), revela a densidade e o emaranhado de fios que tecem o fenômeno do alfabetismo.

De acordo com Soares (2016), no Brasil, esse movimento de alternância metodológica e teórica teve início nas últimas décadas do século XIX, e antes disso não se constituía em objeto de preocupação. Os métodos sintético e analítico, qualificados como métodos clássicos, inauguraram o movimento de disputa em torno de como alfabetizar, apresentado como o melhor método até os anos de 1980.

A partir de então, houve uma mudança de paradigma neste campo, lida como revolução conceitual, quando entra em cena a perspectiva construtivista de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, inserida na matriz teórica do cognitivismo de Jean Piaget.

Cabe-nos dizer ainda que tal mudança foi impulsionada pelo persistente fracasso da escola em alfabetizar, chamando atenção para a alfabetização como uma questão de interesse nacional e internacional, na medida em que o fracasso no ensino da leitura é visto

⁵ A ordem dos tópicos nos trabalhos não requer a rigidez exigida na tradição da metodologia científica, cuja sequência geral é “teoria, metodologia, resultados e discussão”. No entanto, esses elementos precisam ser demonstrados.

pelos processos de globalização neoliberais como barreira impeditiva ao desenvolvimento econômico dos países

As novas exigências do mundo globalizado implicam novas necessidades no uso da leitura e da escrita, introduzindo na cena política e pedagógica o uso do termo 'letramento' a partir dos anos 1980. De acordo com Soares (2012), a nova realidade social passou a exigir não apenas o domínio das habilidades de leitura, escrita e alfabetização mas também o uso dessas habilidades em práticas sociais. A esse fenômeno deu-se o nome de letramento, entendido como a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita, ou seja, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever (SOARES, 2012). Como síntese, a autora propõe o alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita.

Cumpre-nos destacar que tanto o construtivismo quanto o letramento foram eleitos pelo discurso oficial do Ministério da Educação (MEC) como o melhor caminho para se pensar o ensino da leitura e da escrita materializado em programas de formação continuada, a exemplo do Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), do Pró-letramento e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), desde os anos de 1990 até os idos de 2019, quando foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a qual reacendeu a discussão em torno dos métodos de alfabetização, até então dada como superada no campo da política.

Segundo Goulart (2019), no que se refere ao campo das políticas públicas, a alfabetização tem sido abordada, prioritariamente, para orientar o trabalho das docentes, para o ensino da leitura e da escrita, bem como para medir as habilidades e competências dos alunos por meio das avaliações em larga escala. De acordo com a autora, "A discussão fundamental sobre o porquê alfabetizar, o que é alfabetizar e qual é o objeto em estudo nesse processo, questões tão caras à década de 1980, entra muito pouco em cena" (GOULART, 2019, p.19).

3 Metodologia

Para desenvolver o estudo em tela, caminhamos ao lado da abordagem qualitativa, uma vez que, como observa Minayo (2012), a pesquisa qualitativa responde a questões próprias do objeto. No campo das Ciências Sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser traduzido apenas em números, na medida em que se interessa por questões subjetivas, atenta ao universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos

valores e das atitudes. Elementos essenciais para pesquisas que, como a nossa, ocupam-se em especial de discursos docentes.

Buscamos com isso, conforme Gatti (2012), produzir interpretações plausíveis, como forma de explicar o que é mais possível como dinâmica de produção de um fato. Não pretendemos, contudo, deixar de considerar as possíveis contradições entre as interpretações que confirmam nossa linha argumentativa e as que podem problematizá-la.

Nesses termos, na edificação do artigo, elegemos como procedimentos metodológicos para produção das informações a análise de documentos técnicos relativos ao programa EPV e entrevistas semiestruturadas com duas professoras alfabetizadoras efetivas da Rede Municipal de Educação de Porto Seguro que participaram da ação formativa do programa supracitado nos anos 2022 e no corrente ano.

O caminho percorrido envolveu leitura e interpretação qualitativa de documentos relativos ao programa EPV, os quais consideramos os mais relevantes, tendo em vista o interesse de contextualizar o objeto investigado. Como documentos foram analisados o Plano Anual de Formação e Nossa concepção sobre alfabetização, ambos produzidos pela Lyceum Consultoria Educacional Ltda.

A entrevista semiestruturada foi outro importante procedimento eleito por nós para a produção de informações, com o objetivo de investigar o que pode ser revelado pela entrevista a partir da análise interpretativa. Isso porque esse instrumento reúne “[...] perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada [...]” (MINAYO, 2012, p. 64)

Para tanto, recorremos a duas professoras alfabetizadoras efetivas da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro, ambas participantes do programa EPV nos anos de 2022 e 2023. Vale registrar que as entrevistas foram gravadas em áudio, após consentimento das docentes. Garantimos às colaboradoras da pesquisa o sigilo e o anonimato das informações produzidas. Como forma de manter em sigilo a identidade das colaboradoras, usamos nomes fictícios pra caracterizá-las.

4 Resultados e discussão

Tendo em vista a histórica disputa em torno do melhor caminho para alfabetizar, iniciamos nossa entrevista com as professoras alfabetizadoras interessadas em saber se elas conheciam a perspectiva teórica que fundamenta a formação do EPV. Para nossa surpresa, as professoras alfabetizadoras Trícia e Ana, docentes de turmas de 3º ano, responderam

desconhecer o assunto. A ausência de suposições, chutes ou coisa parecida demonstra pouco conhecimento por parte das docentes sobre o campo teórico da alfabetização.

Na continuidade da entrevista, buscamos saber das alfabetizadoras se elas viam alguma relação entre a teoria em questão nas ações formativas do EPV e o trabalho que desenvolviam em sala de aula junto aos alunos. Inicialmente, Trícia afirmou existir uma aproximação entre os estudos feitos na formação do EPV e seu trabalho em sala, porém apresentou dificuldade para dizer do que se tratava esse entrecruzamento. No esforço de nos responder, a entrevistada nos contou sobre o que tem aprendido nos encontros formativos: *“Me despertou sobre a importância de eu estar fazendo mais leituras em sala de aula. Me despertou muito. Já faz parte da rotina”* (TRÍCIA, ENTREVISTA, 2023). Ana, sem saber identificar uma possível relação, foi pelo mesmo caminho de Trícia, avaliando a formação como positiva, afirmando ter obtido aprendizagem, porém deixou claro não ter visto resultado.

Observamos, no que disseram as alfabetizadoras, que o estudo sobre o letramento promovido pela formação do EPV, “[...] entendido como o desenvolvimento explícito e sistemático de habilidades e estratégias de leitura e escrita [...]” (SOARES, 2020 p.12), despertou a atenção das docentes para a necessidade de um trabalho alfabetizador que envolva as práticas de leitura.

Buscamos saber das professoras alfabetizadoras se o programa EPV tem contribuído para o ensino e aprendizado da leitura e da escrita de seus alunos, ao que Trícia nos respondeu:

Eu acho que deu um Norte para a gente focar em um determinado objetivo e trabalhar em cima dele. Não que antes não tivesse objetivo, mas eu vejo o programa focado mesmo na leitura. (TRÍCIA, ENTREVISTA, 2023).

Com base no que disse a entrevistada, inferimos ter sido a leitura seu maior aprendizado no que se refere ao processo de alfabetização.

Ana mencionou a troca de experiência entre pares como outro elemento contributivo. Ainda sobre a contribuição da formação do EPV, Trícia sintetizou:

Se eu disser para você que o programa não contribui em nada eu vou estar mentindo. Sempre contribui em alguma coisa. Mas a maior parte do tempo deixa a desejar. (TRÍCIA, ENTREVISTA, 2023).

Cabe-nos destacar aqui o posicionamento de Ana, contrário à proposta teórica-metodológica desenvolvida na ação formativa e em defesa de uma prática alfabetizadora baseada nos métodos clássicos. Vejamos o que disse a entrevistada:

Tem uma coisa que eu não concordo muito. Trabalho com texto. Essa parte de trabalhar sílaba solta, como eles falam, acho que devia trabalhar, sim. Eu trabalho com o texto porque eles querem que eu trabalhe com o texto, depois as palavras. Eu vejo diferente. (ANA, ENTREVISTA, 2023).

Cabe-nos dizer que os métodos clássicos (sintético e analítico) defendidos por Ana tinham como objetivo comum a aprendizagem do código alfabético, considerada pré-requisito para a inserção da criança nas práticas sociais de leitura e escrita, com foco no ensino sistemático das relações entre grafema e fonema, de forma mecânica e descontextualizada. Essa proposta se contrapõe à perspectiva que embasa a formação do EPV, qual seja, o construtivismo, que desloca o olhar do ensino para a aprendizagem, com foco em como a criança aprende, entendendo o conceito de língua como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos e defendendo a arbitrariedade do sistema de escrita. Soares (2016) defende que aprender a escrita alfabética é fundamentalmente um processo de converter sons em letras (escrita) e letras em sons (leitura).

Vale destacar o que disse Trícia sobre a “*bagunça na cabeça*” produzida pelos estudos realizados na ação formativa do PVE acerca do construtivismo, que lhe apresentavam “*muita coisa nova*” e “*uma forma diferente*” de ensinar, mesmo se tratando de uma teoria de ampla divulgação nos cursos de formação de professores quando se fala em alfabetização, com quase 30 anos de hegemonia no campo das políticas, tal como observam Piccoli e Camini (2012).

Ao falar sobre a ação formativa em tela, a alfabetizadora aproveitou o momento para contar de sua angústia no que se refere ao trabalho de supervisão promovido pelo programa:

O que me deixa angustiada é a questão dessas supervisões, essas coisas assim: de repente você está na sala de aula e chega uma visita. Você está trabalhando com seu aluno da forma como você já está acostumada a trabalhar e não sabe como as pessoas vão receber aquilo ali, sabe?! Deu um nó na cabeça. Estou pedindo a Deus para encontrar meu ponto de equilíbrio. (TRÍCIA, ENTREVISTA, 2023).

No sentimento de angústia promovido pelo mecanismo de controle da ação docente, do qual falou Trícia, vemos um reflexo da cultura da performatividade, a qual se caracteriza pelo foco em resultados quantificáveis e pela ênfase na prestação de contas (BALL, 2004). A alfabetizadora sabe que será cobrada pelo resultado dos alunos e parece adoecer. Isso implica uma série de práticas e discursos que vão se construindo no espaço escolar e gerando impactos nocivos na constituição da profissão docente. A tentativa de controle sobre a ação docente e a pressão sobre os profissionais da educação para que alcancem determinados

resultados, expressa na fala de Trícia, são fortes indícios da interferência da performatividade na cultura escolar.

Em que pese o fato de terem avaliado a ação formativa como positiva, durante a entrevista, a insatisfação das docentes com a formação foi aparecendo, à medida que se sentiam mais confortáveis para fazer a crítica. Ana reclamou do fato de a formação estar “*distante da realidade*” vivida em sala de aula, bem como da necessidade de ter que seguir uma rotina pré-estabelecida “*com muitas etapas*”, aspecto que rouba sua capacidade de autoria sobre a própria prática, sua autonomia, tão caras ao trabalho docente. Diante dos problemas apresentados pelas alfabetizadoras, seduzidas pelo fetiche da formação, como se todas fossem de qualidade, Trícia conclui a entrevista mantendo a avaliação positiva sobre a formação do EPV – “*Na verdade o projeto é muito bom, o projeto não é ruim não*” – e atribuindo a alguns de seus alunos o real problema dificuldade em leitura e escrita: “*a nossa clientela que é complicada*”.

5 Considerações finais

Como vimos ao longo deste texto, a formação continuada soa para professoras alfabetizadoras como se toda ação dessa natureza fosse boa, quase como um fetiche, o que acaba por dificultar um olhar mais crítico sobre o processo formativo vivenciado por elas. As questões formativas que concorrem para a qualidade do ensino da leitura e da escrita vão sendo reveladas aos poucos, porém, ao final, as entrevistadas acabam por localizar na dificuldade das crianças em aprender a ler e a escrever um impedimento para a realização com sucesso da ação formativa.

Vimos, no entanto, que há também momentos de aprendizagem que se dão, muitas vezes, no encontro com outra professora alfabetizadora, seu par, assim como o despertar para a necessidade de práticas de letramento.

Desse modo, reafirmamos a importância de ações formativas que considerem a necessidade de alfalettrar, ou seja, conjuguem a aprendizagem do sistema de escrita alfabética com as práticas sociais de leitura e escrita.

Referências

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o Pós-Estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

GATTI, Bernadete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAE**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>. Acesso em: 20 mar. 2023

GOULART, Cecília M. A. Para início de conversa sobre os processos de alfabetização e de pesquisa. In: GOULART, Cecília M. A.; GARCIA, Inez Helena Muniz; CORAIS, Maria Cristina (org.). **Alfabetização e Discurso:** dilemas e caminhos metodológicos. Campinas: Mercado das letras, 2019. p. 13-46.

LYCEUM CONSULTORIA EDUCACIONAL. **Nossa concepção sobre alfabetização.** [Fortaleza]: Programa Educar pra Valer, 2023a. Mimeo.

LYCEUM CONSULTORIA EDUCACIONAL. **Plano anual de formação – 2023.** Formação continuada e em serviço dos formadores municipais 1º ao 5º ano. [Fortaleza]: Programa Educar pra Valer, 2023b. Mimeo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: GOMES, Suely F. D. R.; MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 61-77.

MORTATTI, Maria do Rosario. **Métodos de alfabetização no Brasil:** uma história concisa. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

PICCOLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas Pedagógicas em alfabetização:** espaço, tempo e corporeidade. Erechim: Edelbra, 2012.

PROGRAMA Educar Pra Valer. **Associação Bem Comum,** Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOARES, Magda Becker. Língua escrita, sociedade e cultura Relações, dimensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 0, p. 5-16. set./dez. 1995. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781995000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOARES, Magda Becker. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda Becker. **Alfalettrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.